



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Ata n.º 128 / XIII / 3.ª SL

Aos quinze dias do mês de maio de 2018, pelas quatorze horas e trinta minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de São Bento, no formato de Mesa e Coordenadores, com a seguinte,

Ordem do Dia:

Audiência ao Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

- Carlos Alberto Gonçalves, Vice-Presidente da Mesa, que dirigiu os trabalhos;
- Carlos Páscoa
- João Oliveira
- Joana Lima
- José Cesário
- Nuno Magalhães
- Paulo Pisco
- Pedro Filipe Soares
- António Ventura
- Carla Cruz
- Maria Augusta Santos

Compareceram pela delegação visitante:

- Flávio Alves Martins – Brasil - Presidente
- Nelson Ponta Garça – USA – Vice-Presidente
- Manuel Coelho – Namíbia – Secretário
- Lúgia Fernandes – África do Sul
- Pedro Rupio – Bélgica
- Ângelo Horto – Brasil
- Maria de Lurdes Almeida – Venezuela
- Rita dos Santos – China/Macau/HK
- Amadeu Batel – Suécia
- Paulo Marques - França
- Sandrina Silva - França
- Daniel Loureiro – Canada



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Foi dado início à sessão, presidida pelo Senhor **Vice-Presidente da Mesa, Deputado Carlos Gonçalves**, o qual deu as boas-vindas aos membros do Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas (CCP), a quem foi explicado o modelo de funcionamento da audiência solicitada e, seguidamente, concedida a palavra.

Tomou a palavra o Senhor **Conselheiro Flávio Alves Martins** para, em nome do Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas, agradecer a disponibilidade da Comissão para a presente audiência. Começou por questionar sobre possíveis alterações às políticas de educação em relação às comunidades portuguesas, dando destaque ao ensino da Língua Portuguesa no estrangeiro. Sobre a participação cívica e política das comunidades portuguesas no estrangeiro, fez referência à aquisição da nacionalidade originária por lusodescendentes de 2.ª geração. Manifestou ainda interesse sobre possíveis iniciativas direcionadas a promover novas formas de identificação das comunidades portuguesas no estrangeiro com Portugal. Concluiu, informando que deseja mais autonomia para o CCP e mais diálogo com a Assembleia da República e o Governo de Portugal

De seguida, tomou a palavra o Senhor **Conselheiro Paulo Marques**. Começou por alertar para o facto da participação dos membros do Conselho Permanente no Conselho Económico e Social e no Conselho Nacional de Educação ocorrer via Skype, o que condiciona o contributo dos Senhores Conselheiros nestes órgãos. Em mote de conclusão, inquiriu sobre a possível uniformização do acesso ao ato de votação pelas comunidades portuguesas no estrangeiro.

Registaram-se seguidamente as intervenções abaixo sintetizadas, por parte dos Senhores **Deputados**:

José Cesário (PSD), que começou por dar as boas-vindas aos Senhores Conselheiros. Seguidamente, informou que os diplomas subjacentes a parte das questões elencadas pelos Senhores Conselheiros encontram-se em discussão na Assembleia da República, considerando que existe suficiente consenso político para sinalizar, com a devida reserva, algumas medidas: que todos os cidadãos que possuem o cartão do cidadão passem a adquirir a condição de eleitor através de um automatismo parcial, exceto se declararem a sua intenção em contrário; que a mesma condição de eleitor ficará preservada para todos aqueles que já o são; e da possível implementação de um método misto que conjugue a



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

eleição presencial com a eleição por correspondência nas eleições para a Assembleia da República. Concluiu, dando nota da possibilidade de ser eliminada a limitação que impede binacionais de se candidatarem à Assembleia da República.

Carlos Páscoa (PSD), que igualmente saudou os Senhores Conselheiros, tendo começado por referir a Lei da Nacionalidade, e em particular, a manutenção da necessidade de se comprovar a ligação à comunidade nacional. Sobre este tema, informou que o Governo está a trabalhar nesta matéria, existindo a possibilidade de lusodescendentes de 2.ª geração obterem nacionalidade originária de forma automática até aos 14 anos de idade.

Paulo Pisco (PS), que saudou e agradeceu a presença dos Senhores Conselheiros, destacando o seu papel como intermediários entre as autoridades portuguesas e os países de acolhimento. Sobre as alterações à Legislação Eleitoral, demonstrou confiança que os trabalhos em curso vão chegar a bom porto. Informou que o recenseamento automático, a concretizar-se, terá um impacto substancial nos cadernos eleitorais. Fez ainda referência a outras alterações, nomeadamente, ao porte pago e ao voto eletrónico. Sumarizou, indicando que estas e outras medidas direcionadas a potenciar o alargamento do universo eleitoral incorrem no risco de gerar mais abstenção, mas que devem ser observadas numa ótica positiva, centrada no aumento do número de eleitores. Concluiu, dando nota de que aqueles cidadãos que venham a ser incluídos no universo eleitoral, por via da alteração legislativa em discussão, vão ser notificados da sua condição de eleitores.

Pedro Filipe Soares (BE) que saudou os Senhores Conselheiros, tendo começado por fazer referência à alteração da Lei do Recenseamento Eleitoral no que toca aos cidadãos residentes no estrangeiro, destacando, pela positiva, a atualização automática dos cadernos eleitorais e lembrando que esta alteração já era um desígnio prévio do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Seguidamente, referiu o fim dos custos associados ao voto por correspondência como medida promotora de igualdade entre Portugueses residentes em território nacional e no estrangeiro. Sobre a equiparação dos atos eleitorais, concorda que se deve fomentar uma maior equiparação destes atos, esclarecendo que a equiparação total não é um objetivo do Grupo Parlamentar que representa. No que concerne à abstenção, informou que se trata de um problema generalizado do País e não



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

apenas dos círculos externos, esperando que as referidas alterações legislativas contribuam para uma melhoria neste tema.

Nuno Magalhães (CDS) que saudou os Senhores Conselheiros, tendo confirmado que, em princípio, existe a maioria necessária à aprovação das propostas de alteração à Lei do Recenseamento. Sobre a necessidade de ligação à comunidade, indicou que as obrigações resultantes do Tratado de Schengen sobrevalorizam a mesma e como tal será difícil que o conceito desapareça por completo. Não obstante, considerou possível o aligeirar da prova efetiva dessa ligação. Em relação à expansão da rede do ensino do português no estrangeiro (EPE), concordou que persistem as efetivas insuficiências relatadas e indicou que é matéria dependente do Orçamento de Estado.

Carla Cruz (PCP) que saudou os Senhores Conselheiros, tendo destacado, quanto à participação política e Lei da Nacionalidade, que apenas foram solicitados pontos de situação sobre os processos legislativos, informando que ainda não ocorreu nenhuma votação na globalidade, estando o processo em discussão. No que concerne à política de educação e cultura, referiu que partilha das preocupações apontadas pelo Conselho Permanente nesta matéria, sobretudo no que diz respeito ao EPE. Informou que está ciente das dificuldades dos professores, condenando o recurso sistemático a cursos e turmas de ensino com diferentes níveis pedagógicos. Prosseguiu, aludindo aos atrasos na entrega de manuais escolares a alunos do EPE. Sobre questões relacionadas com financiamento e autonomia do CCP, informou que o seu partido, em sede de Orçamento de Estado, realizou várias propostas para o aumento de orçamento do CCP, tendo estas sido chumbadas.

Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados, foi devolvida a palavra aos Senhores **Conselheiros** para responder

Tomou a palavra o Senhor **Conselheiro Amadeu Batel** para referir a ausência de pensamento estratégico na definição de uma política de língua direcionada aos Portugueses residentes no estrangeiro. Informou que a língua de herança deve ser alvo de definição clara e estabelecida como língua de socialização primária, dentro das famílias. Destacou a carência de uma lei-quadro sobre direitos linguísticos e frisou a necessidade de uma política cultural que seja inclusiva dos Portugueses residentes no estrangeiro. Em seguida, a Senhora **Conselheira Rita Santos**, para referir que o conhecimento suficiente



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

da Língua Portuguesa não deveria ser requisito para efeitos de atribuição de nacionalidade originária a ascendentes de 2.º grau, alertando ainda para a necessidade de assegurar a coerência dos dados referentes às moradas dos eleitores residentes no estrangeiro, tendo

em consideração o voto por correspondência. Posteriormente, a Senhora **Conselheira Maria de Lurdes Almeida**, para reiterar que a equiparação dos atos eleitorais deve ser um objetivo de todos os partidos e referir que persistem países onde não é possível efetuar o voto por correspondência. Terminou, solicitando celeridade na tramitação das alterações à Lei da Nacionalidade. Retomou a palavra o Senhor **Conselheiro Flávio Alves Martins** para reforçar a necessidade de diálogo com a Assembleia da República e Governo, sublinhando a função do CCP como órgão consultivo.

O Senhor **Vice-Presidente** tomou a palavra, agradecendo aos Senhores Conselheiros, e informando que a Comissão estará sempre disponível para analisar toda a documentação que considerem relevante.

A presente reunião foi gravada em áudio podendo o registo ser consultado [aqui](#).

A reunião foi encerrada pelas 15 horas e 30 minutos, sendo dela lavrada a presente ata, a qual depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de maio de 2018,

O Vice-Presidente da Comissão,


(Carlos Alberto Gonçalves)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves

João Oliveira

José Cesário

Nuno Magalhães

Paulo Pisco

Pedro Filipe Soares

António Ventura

Carla Cruz

Carlos Páscoa Gonçalves

Joana Lima

Maria Augusta Santos